

Convenção e protocolo internacionais são aprovados

O Plenário do Senado aprovou ontem o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em 1996 entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, assinada em 1979, em Nova York.

PÁGINA 3

O protocolo do Mercosul aprovado pelo Plenário não prevê a assistência em caso de delitos militares, políticos ou tributários



CCJ aprova proposta de adoção da CLT para o servidor público

Novas regras, que ainda serão votadas pelo Plenário, só se aplicam aos futuros contratados e não serão válidas para as carreiras típicas do Estado. Admissão permanece por concurso

Projeto de lei da Câmara determinando a adoção das normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para a maior parte do serviço público federal foi aprovado ontem, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As regras previstas na proposta – que ainda vai a votação no Plenário – não atingem os atuais servidores públicos e excluem as chamadas carreiras típicas do Estado. A criação dos empregos públicos regidos pela CLT na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, bem como a transformação dos atuais cargos em empregos, serão tratadas em leis específicas. O projeto mantém a seleção dos servidores por concurso público.

Previdência complementar em votação

A CCJ reúne-se novamente hoje, às 10h, para apreciar, entre outras matérias, projeto de lei criando o regime de previdência complementar, facultativo e operado por particulares.

PÁGINA 5



Presidente do Cade defende na CAE agência de aviação

Em depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner de Oliveira, defendeu ontem a criação da Agência Nacional de Aviação, que atuaria de forma independente, sob o controle do Congresso Nacional. Gesner informou que o Cade ainda não recebeu pedido de fusão de empresas aéreas.



PÁGINA 4

PLENÁRIO

11h — Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Discussão de quatro medidas provisórias (MPs): nºs *2.011-3, que institui a Taxa de Autorização do Bingo; *2.012-2, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); *2.013-4, que altera a legislação tributária federal; e *2.015-1, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA). *Plenário da Câmara dos Deputados*

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 123/99, Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Brasil e a Rússia, em 1997; *PDL 225/99, texto do Acordo para Implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10.12.82, e sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York, em 4/12/95; e *Requerimento nº 6/2000, de autoria do senador Ney Suassuna, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 63/99, que dispõe sobre o regime de Previdência Complementar, seja examinado também na Comissão de Assuntos Econômicos.

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; *PEC nº 96/99, que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; *PEC 90/99, reformulação do sistema de precatórios; e *PLC 63/99, que dispõe sobre o regime de previdência complementar. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Discussão dos destaques apresentados ao Relatório Setorial da Área Temática II e III — Justiça e Defesa e apreciação dos demais Relatórios Setoriais do Orçamento para 2000 (Projeto de Lei nº 20/99 — CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

Suplicy quer ouvir FHC antes de votar PECs da pobreza

Senador sugere que encontro com o presidente da República preceda a apreciação do relatório pelos membros da CCJ hoje

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs ontem que a reunião entre os membros da comissão mista que estudou as causas da pobreza no Brasil e o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, aconteça antes da votação do relatório do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre o Fundo de Combate à Pobreza, que será apresentado hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Suplicy lembrou que o encontro para um diálogo direto foi sugerido pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), presidente da comissão mista, e prontamente aceito por Fernando Henrique.

Suplicy assinalou também que o diálogo em torno das propostas para acabar com a pobreza absoluta no país, ainda não passou pelos ministérios envolvidos. “A palavra de Fernando Henrique representa a coordenação dos esforços do governo. Há inúmeros pontos no relatório do senador Lúcio Alcântara que, gostaríamos, fossem levados em conta, como a integração das ações existentes e dos critérios a serem adotados”, explicou o senador.

Maguito Vilela informou que já havia mantido contato com o governo



Suplicy: diálogo em torno da pobreza ainda não passou pelos ministérios envolvidos

para tentar apressar a audiência e disse que o presidente precisa entender que a pobreza é um problema de todos e necessita de solução. Maguito disse ainda que acabar com a pobreza é difícil, mas é possível acabar com a fome de um ano para o outro. “Basta ter vontade política.”

Suplicy também contestou afirmação feita pelo ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas, em pronunciamento na TV, quando disse que o pagamento de salário mínimo a 7,5 milhões de aposentados no Brasil é o maior programa de renda mínima do mundo. “Não é verdade”, afirmou Suplicy. O senador explicou que o con-

ceito de renda mínima é prover ou suplementar uma renda suficiente para que qualquer cidadão possa suprir suas necessidades básicas. “Programa que paga um salário mínimo está longe de ser um programa de renda mínima”, afirmou.

Suplicy comentou ainda reportagem da jornalista Marilene Felinto, no jornal *Folha de S. Paulo*, em que relata conversa mantida com um prefeito não identificado. Segundo a jornalista, este prefeito afirmou que sempre deixa 20% a 30% de comissão em Brasília para conseguir liberar recursos orçamentários destinados ao seu município. Suplicy informou já ter solicitado ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), intervenção junto à Câmara dos Deputados para acelerar a tramitação do projeto de lei que pune a improbidade administrativa e que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Mauro diz ser urgente definir políticas para a criança

Preocupado com a concentração da renda no país, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) trouxe ao Plenário ontem uma série de dados sobre o que considera o mais grave efeito das disparidades sociais que caracterizam o Brasil: a situação de crianças e adolescentes. A situação em geral é dramática, segundo avaliou o senador, mas não irreversível, pois o próprio Unicef defende “a tese de que padrões que se reproduzem de uma geração para a outra, relativos à pobreza, à violência, às doenças, à discriminação e outras, podem ser alterados no espaço de uma única geração”, desde que o país desenvolva com urgência políticas efetivas para crianças e adolescentes.

Os dados são do relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado em dezembro passado, e configuram uma realidade que o senador considerou trágica. Para ele, assim como está comprovado que o adequado cuidado e estímulo nos primeiros anos de vida, infância e adolescência fomenta o desenvolvimento humano, carências profundas nessas fases da vida comprometem o futuro da própria sociedade.

Entre as dez maiores economias do mundo, enfatizou o senador, o Brasil tem 21,1 milhões de menores de 18 anos (correspondentes a 35% do total dessa faixa etária) vivendo abaixo da linha de pobreza, sendo que 53% deles moram no Nordeste. Ape-



Mauro mostrou dados do Unicef sobre a “trágica realidade” das crianças

sar da queda dos índices de mortalidade infantil e do número de crianças fora da escola, acrescentou, o país está colocado em 105º lugar, entre 191 países, no *ranking* de desenvolvimento humano.



Sérgio Machado visitou programa em Acaraú (CE), ao lado do presidente FHC

Machado elogia programa de reforma agrária solidária

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) elogiou o programa Reforma Agrária Solidária, que, segundo afirmou, “ensinou o Brasil a fazer reforma agrária sem traumas, sem violência e com participação ativa da comunidade”. O senador participou, na última sexta-feira, da comitiva do presidente Fernando Henrique Cardoso em viagem ao município de Acaraú, no Ceará, pioneiro na implantação do programa, onde visitaram o Projeto Cauaçu, uma parceria do governo do estado do Ceará com o Banco Mundial e já conta com 16 assentamentos em três anos.

Sérgio Machado informou que o projeto soma, entre empregos diretos e indiretos, dois mil postos de trabalho. Os agricultores contam com treinamento oferecido pelo Sebrae e órgãos estaduais, o que garante a profissionalização da produção e a auto-sustentabilidade dos assentados.

O senador entende que esse modelo, em que o assentado participa do processo até de compra da terra e é treinado diretamente no local, pode trazer o fim do paternalismo estatal na reforma agrária.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Edson de Almeida

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Convenção contra tomada de reféns vai a promulgação

O Plenário do Senado aprovou ontem o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, assinado em Nova York, em 1979, que inclui nos tratados sobre extradição de criminosos os implicados em crime de seqüestro e assegura a tipificação desse delito nas legislações penais dos países signatários. A matéria vai agora a promulgação.

O texto veda a extradição por motivos de raça, religião, nacionalidade, etnia ou opinião política. E não se aplica ao caso de delito cometido dentro de um só Estado, em que o refém e o autor presumido do crime forem nacionais do mesmo país, o que evidencia o propósito de atingir apenas os crimes transnacionais.

Na opinião do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), a convenção é uma justa tomada de posição contra a captura de reféns, "modalidade criminosa das mais abjetas, que na era moderna vem se alastrando de forma assustadora". Para ele, a convenção reafirma apreço pela manutenção da paz e da segurança internacionais, incentivando as relações de amizade e cooperação entre os países.

Plenário vota hoje acordo sobre tratado internacionais

O Senado vota hoje acordo sobre cooperação na pesquisa espacial para fins pacíficos, celebrado em 1997 entre o Brasil e a Rússia. Vota também tratado sobre a implementação das disposições de convenção das Nações Unidas sobre a conservação de populações de peixes transzonais e de peixes altamente migratórios. Esse texto foi concluído em 1995, em Nova York.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para que a Comissão de Assuntos Econômicos se manifeste sobre o projeto referente ao regime de previdência complementar. A iniciativa está na pauta enviada pelo presidente da República ao Congresso Nacional na convocação da sessão extraordinária do Legislativo. O projeto prevê que o regime de previdência complementar será facultativo e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, sendo operado por entidades próprias.

Aprovado Protocolo de Assistência Jurídica Mútua com países vizinhos

Documento firmado com Argentina, Paraguai e Uruguai visa, segundo o relator José Fogaça, harmonizar normas penais e processuais para intensificar cooperação

O Senado aprovou ontem Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em 1996 entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Conforme o relator, José Fogaça (PMDB-RS), uma vez ratificado pelos quatro países signatários, esse instrumento multilateral passará a integrar o Tratado de Assunção, que instituiu o Mercosul. O protocolo não prevê a assistência em casos de delitos militares, políticos ou tributários.

Fogaça destacou que, ao idealizarem o documento, os países signatários objetivaram a harmonização de normas penais e processuais, desejo-

Plenário acolheu protocolo que exclui assistência em casos de delitos militares

so de intensificar uma necessária cooperação num setor vital para a segurança jurídica.

O senador observou que as atividades delituosas manifestam-se cada vez mais mediante modalidades transnacionais e representam uma grave ameaça aos ordenamentos jurídicos nacionais. Isso ocorre, acrescentou, porque os países ficam impossibilitados de punir, uma vez que provas, elementos e testemunhas dos delitos situam-se em estados diferentes.



Acolhida pela Comissão de Relações Exteriores, escolha de embaixadores depende ainda de aprovação do Plenário

CRE acolhe indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a escolha de três diplomatas para ocupar embaixadas do Brasil na África. As indicações ainda dependem de votação em plenário. Joaquim Luís Cardoso Palmeiro foi indicado para em-

baixador junto à Líbia, e o ministro Isnard Penha Brasil Júnior, para a Argélia.

O embaixador do Brasil no Senegal, Ricardo Carvalho do Nascimento, foi indicado para exercer, cumulativamente, o cargo junto à Mauritânia e Gâmbia.

Comissão de Infra-Estrutura também será ouvida sobre fundo de telecomunicações

A pedido do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), o Plenário do Senado decidiu ontem que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura se manifestará sobre o projeto que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A proposta prevê a aplicação de recursos na instalação de serviços de



Pedido de Jader Barbalho foi aceito pelo Plenário

telefonía e de transmissão de dados (Internet) em comunidades carentes e do interior, conforme determina a lei que privatizou o Sistema Telebrás.

Aludindo à importância desse fundo na universalização dos serviços de telecomunicações, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) informou haver entendimento entre os líderes

partidários para que, depois de ouvida essa comissão, o projeto volte à deliberação do Plenário ainda no período de convocação extraordinária do Legislativo. "Gostaria de ter o compromisso dos demais líderes para votarmos esse projeto ainda na convocação extraordinária", pediu.

SUDENE

Na mesma sessão, foi aprovado requerimento do senador Francelino Pereira (PFL-MG) para que o tempo destinado ao Pequeno Expediente da sessão do dia 10 de fevereiro próximo seja dedicado a celebrar os 40 anos de fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Congresso deve votar MP que institui taxa para bingo

A pauta da reunião do Congresso Nacional de hoje, às 11h, prevê a votação da medida provisória que institui taxa de autorização para o funcionamento de bingos. De acordo com a MP, a taxa incidirá sobre a emissão de certificado de autorização para a exploração de jogo de bingo. No caso de bingo permanente, a cobrança será de R\$ 6 mil. Para os bingos eventuais, o valor é de R\$ 4 mil.

A MP foi reeditada pelo Executivo

em razão da extinção do prazo da Medida Provisória 2.002-2/99, e como forma de observar o princípio da anterioridade em matéria tributária, dando prazo ao Congresso para seu exame e conversão em lei.

Além disso, a pauta do Congresso prevê a votação de outras medidas provisórias, entre elas a que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar e a que institui a Taxa de Serviços Administrativos para a Zona Franca de Manaus.

Notícias do Senado em tempo real



www.senado.gov.br

Gesner defende Agência Nacional de Aviação

Presidente do Cade afirma na Comissão de Assuntos Econômicos que o órgão não recebeu nenhum pedido de fusão de empresas aéreas e que possui salvaguardas para proteger a concorrência

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner de Oliveira, defendeu ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, a criação da Agência Nacional de Aviação, que atuaria de forma independente, sob o controle do Congresso Nacional.

Gesner de Oliveira informou que até agora o Cade não recebeu nenhum pedido formal de fusão de empresas aéreas. Ele disse que o órgão possui todas as salvaguardas legais destinadas à proteção da concorrência para evitar a formação de truste.

O presidente do Cade compareceu à CAE atendendo a requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que se mostrou preocupado com a recente crise enfrentada pela aviação civil brasileira e o possível processo de fusão de companhias aéreas.

Gesner de Oliveira citou estudo elaborado pelo Cade, com a ajuda de especialistas estrangeiros do setor, com vistas à redução do chamado "custo Brasil". O objetivo é incentivar a competitividade das empresas nacionais e promover a continuidade de uma política de flexibilidade tarifária e liberalização, no intuito de promover a livre concorrência.

A necessidade de equilíbrio entre uma possível reestruturação do setor, com fusões entre empresas, e a manutenção da concorrência entre os participantes do mercado nacional em benefício do consumidor foi outra preocupação assinalada pelo presidente do Cade.

Mas, para o senador Lauro Campos (PT-DF), as tentativas do Cade de lutar pelo livre mercado e criar dispositivos para combater o truste e a cartelização podem não dar resultado. O motivo, segundo ele, é que os grandes conglomerados "matam a concorrência" e inibem o desenvolvimento de empresas nacionais. "O Cade tem por meta principal fazer o impossível diante da globalização", disse o senador.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, reconheceu a difícil tarefa do Cade e disse que o órgão "tem cumprido a sua missão". O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) mostrou-se preocupado com uma possível fusão de empresas de aviação civil e fez votos para que, se isso ocorrer, não tenha o mesmo fim da Marinha Mercante brasileira, que se extinguiu após a implantação do processo de fusão.

Ney Suassuna informou que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi, irá comparecer no dia 8 de fevereiro à comissão para dar explicações sobre a aplicação de recursos do orçamento de 1998 na proporção de 80% para as regiões Sul e Sudeste e 20% para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Gesner de Oliveira, observado pelos senadores Ney Suassuna e Bello Parga, depõe na CAE

Urgência para empréstimo ao Proecotur

O Plenário aprovou ontem urgência para deliberação sobre a contratação pelo Brasil de empréstimo de US\$ 11 milhões junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para financiar o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal (Proecotur). O requerimento é de autoria do senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Aprovada a urgência, o pedido de autorização para empréstimo estará na Ordem do Dia da sessão deliberativa de amanhã.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) havia aprovado a matéria na manhã de ontem, com base no parecer apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). O programa para o qual se destinam os recursos é gerido pela Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, e prevê investimentos em nove estados da região amazônica. A CAE aprovou ainda requerimento de Jefferson Péres para que o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, seja

convidado para prestar esclarecimentos sobre o Proecotur.

— Além dos impactos sobre os empregos diretos e indiretos, sobre as atividades econômicas e sobre o aumento da arrecadação dos estados da região, o programa objetiva absorver mão-de-obra e capitais em empreendimentos ecológica e economicamente sustentáveis — afirmou Jefferson.

Os recursos, que incluem US\$ 2,8 milhões de contrapartida do governo federal, serão utilizados na fase de pré-investimentos do Proecotur, ou seja, na elaboração de estudos e no planejamento das demais fases do programa. O relator lembrou que o Brasil é deficitário na conta-turismo e, para reverter essa situação, o ecoturismo na Amazônia tem "potencial fantástico".

Para o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o programa é bom, mas as exigências dos agentes financeiros para tomada de empréstimos por parte da iniciativa privada são excessivas. Para ele, deve-se fazer com que o em-

presário da região realmente se interesse por tomar empréstimos, adotando, por exemplo, juros fixos para financiamentos com recursos dos fundos constitucionais. Favorável ao empréstimo, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) considera que o ecoturismo é um filão que deve ser mais explorado.

No mesmo sentido, Paulo Souto (PFL-BA) relatou que o Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), primeiro investimento do BID em turismo no país, teve enorme sucesso. Souto, que participou do programa quando era governador, disse que os recursos podem ser usados no saneamento de cidades turísticas, em estradas e preservação do patrimônio histórico e cultural, por exemplo.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) acredita que o Proecotur é uma forma inteligente de o país se desenvolver, utilizando a poupança externa para investimentos produtivos. O único voto contrário ao parecer de Jefferson foi o do senador Lauro Campos (PT-DF).

Aprovado parecer favorável a troca de títulos da dívida

O relatório encaminhado pelo Banco Central (BC) sobre a troca de títulos da dívida externa do tipo Brady por títulos do tipo Global, concluída no dia 25 de outubro, teve parecer favorável aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), a operação permitiu economia de US\$ 208 milhões, além de uma redução de US\$ 863,5 milhões no estoque da dívida externa.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), explicou que a troca dos títulos já havia sido aprovada pela comissão em 1996 e que, no relatório, o BC presta contas ao Senado dos resultados da operação. O parecer da CAE, que conclui pelo arquivamento do relatório, segue para apreciação do plenário.

— O relatório (do BC) reflete a troca



José Fogaça destacou que a operação permitiu uma economia de US\$ 208 milhões

de títulos por outros mais vantajosos para o país, especialmente os de reestruturação da dívida externa (bradies), com vistas à redução do estoque dos débitos, dos custos finan-

ceiros a eles associados e à atração de novos investimentos voluntários — interpreta Fogaça, que aponta ainda, como resultado da troca, o ingresso de US\$ 529 milhões, decorrentes da liberação de garantias, reforçando as reservas internacionais.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) louvou a iniciativa do BC, mas observou que o governo deveria se empenhar de igual maneira para melhorar o perfil da dívida interna. Na sua avaliação, é essa dívida que está impedindo uma queda nas altas taxas de juros, "que estão inviabilizando a economia nacional".

Abstendo-se na votação, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que a troca de papéis novos por velhos é decorrência natural "do estado de descaminho" a que a economia brasileira chegou, "com dificuldade de pagamento e falta de crédito". Para o senador, os mais de 200 títulos (bonds) que o Brasil criou indicam "a vergonha que é o nosso endividamento externo".

Requião volta a questionar renegociação de títulos

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a manifestar preocupação com o comportamento do Ministério da Fazenda na renegociação dos títulos do estado de Pernambuco, no valor total de R\$ 675 milhões. Segundo o senador, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, se "esqueceu" do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 22/99, do Senado, que obriga a União a depositar, em juízo, os valores correspondentes a essas operações, até que haja um pronunciamento final da Justiça sobre a validade dos títulos emitidos após 13 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais.

— Malan mandou entregar títulos da União para o Bradesco, enquanto um juiz federal indicia um diretor do banco em cinco crimes, inclusive formação de quadrilha — disse. Requião leu ofício que recebeu do secretário de Fazenda de Pernambuco informando que o Bradesco restituiu R\$ 56 milhões ao estado, relativos ao ressarcimento dos deságios auferidos pelo banco na comercialização dos títulos pernambucanos, em obediência à Resolução nº 22/99 do Senado.

O senador ressaltou a importância de os promotores não serem obrigados a se calar quando grandes interesses econômicos estejam envolvidos num processo. Chamou também a atenção para a necessária tomada de consciência do Senado Federal para o fato de que as suas resoluções estão sendo completamente ignoradas. "Apesar de os senadores estarem sabendo disso, há um grande silêncio aqui e na Procuradoria Geral da República", alertou.



Requião: não se pode obrigar promotores ao silêncio quando interesse econômico estiver em jogo

CCJ aprova projeto que institui regime celetista para os servidores públicos

Pela proposta, a contratação pela CLT não será estendida aos atuais funcionários nem àqueles que desempenharem atividades consideradas exclusivas do Estado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei da Câmara que determina a adoção das normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para a maior parte do serviço público federal. As regras estabelecidas pelo projeto, que ainda será votado pelo Plenário, não atingem os atuais servidores públicos.

Não houve, durante a reunião da CCJ, discussão sobre a matéria, que já havia recebido pedido de vista coletiva por 72 horas. Ao citar a exposição de motivos que o Executivo enviou juntamente com o projeto para o Congresso, o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que a medida trará “considerável economia para as finanças públicas”.

O texto aprovado na comissão determina que a criação dos empregos públicos regidos pela CLT na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, assim como a transformação dos atuais cargos em empregos, serão tratadas, posteriormente, em leis específicas.

Além dos servidores já em atividade, também ficarão de fora das regras do projeto os que ocuparem atividades exclusivas do Estado. Entre tais atividades, a exposição de motivos menciona as ligadas à Advocacia Geral da União, à Defensoria Pública, à Polícia Federal e à diplomacia. Também não serão regidos pela CLT os cargos públicos de provimento em comissão.

O projeto mantém a seleção dos servidores por concurso público de provas e títulos e institui a possibilidade de rescisão do contrato de trabalho caso o servidor cometa falta grave, conforme previsto na própria CLT. A

rescisão do contrato também poderá ser feita nos casos de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas ou necessidade de redução do quadro de pessoal por excesso de despesa e insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegure pelo menos um recurso hierárquico de efeito suspensivo.

PRECATORIOS

Depois de longa discussão entre os integrantes da comissão, o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu vista de 24 horas para a proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios judiciais. O pedido de vista foi feito por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Apesar de o relatório de Edison Lobão (PFL-MA) ter recebido elogios de vários senadores, houve impasse quanto ao pagamento à vista dos precatórios decorrentes de ações ajuizadas neste ano e o parcelamento, no prazo de até 10 anos, daqueles provenientes de processos instaurados até o ano passado. A questão foi levantada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) e desenvolvida pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). A matéria voltará a ser examinada pela comissão hoje, junto com as propostas de emenda constitucional que tratam da criação do Fundo de Combate à Pobreza.

Senadores discutem regras de previdência complementar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) voltará a se reunir hoje, às 10h, para analisar, entre outras matérias, projeto de lei do Executivo que dispõe sobre o regime de previdência complementar. Incluída na pauta de votação da convocação extraordinária pelo presidente da República, a proposta, segundo justificativa do ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, busca estabelecer maior justiça, “transferindo aos grupos mais privilegiados da sociedade maior responsabilidade em prover seus próprios meios nos casos de sobrevivência, invalidez e morte”.

O projeto prevê que o sistema será facultativo e organizado de forma autônoma em relação ao regime

previdenciário, operado por entidades próprias, desde que tenham autorização específica do governo. Também proíbe o estabelecimento de aplicações compulsórias ou limites mínimos de aplicação dos participantes, cabendo ao governo federal formular, disciplinar e fiscalizar o setor, além de propiciar meios que garantam proteção e segurança aos participantes dos planos de benefícios.

Na mesma reunião, a CCJ deverá deliberar sobre as emendas constitucionais que tratam da criação do Fundo de Combate à Pobreza, sugeridas pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pela comissão que estudou o assunto, e a que disciplina o pagamento de precatórios.



A CCJ concedeu vista de 24 horas para a emenda que disciplina o pagamento de precatórios

Moreira Mendes explica demissões anunciadas pelo governo de Rondônia

Ao comentar a demissão de 9.657 servidores públicos de Rondônia, publicadas no dia 17, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que o governador José Bianco foi obrigado a tomar a decisão para cumprir a Lei Camata, que determina que os gastos com o funcionalismo não ultrapassem 60%. Ele lembrou que outros estados brasileiros estão enfrentando o mesmo problema para atender ao dispositivo legal.

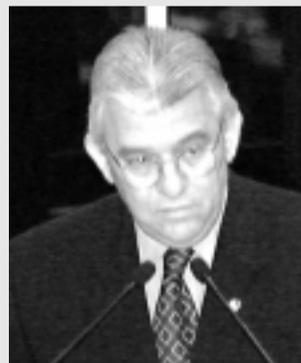
— Lamento pelos que foram afastados. Mas sou obrigado a, corajosamente e sem demagogia, aceitar o dispositivo da Lei Camata. Por mais dura que seja, ela não discrimina ninguém, busca apenas fazer justiça — afirmou.

Na opinião do senador, se para alguns a situação é de inquietude, por causa do desemprego, para a maioria da população do estado o momento é de expectativa de ver mais ações do governo, graças à economia mensal de aproximadamente R\$ 7 milhões trazida pelo enxugamento da folha do funcionalismo.

Moreira Mendes atribuiu ao governador anterior de Rondônia, Waldir Raupp, o desequilíbrio das contas do estado. Para evitar as demissões, afirmou, seria preciso reduzir as despesas ou aumentar as receitas em R\$ 8 milhões. Ele informou que um dos principais responsáveis pelo crescimento da dívida pública estadual foi a inter-

venção do Banco Central no Banco do Estado de Rondônia (Beron), “aliada à conivência e omissão explícita do ex-governador”.

Segundo o senador, em 1995, quando o Banco Central assumiu o comando do Beron, existia uma dívida de R\$ 36 milhões. Este montante aproximou-se dos R\$ 600 milhões três anos e meio depois, ao final da liquidação. Moreira Mendes revelou que, por causa dessa



Moreira responsabilizou o governo anterior pelo desajuste financeiro de RO

dívida, o governo de Rondônia está pagando mensalmente R\$ 4,5 milhões, já descontados do Fundo de Participação do Estado (FPE), e continuará pagando pelos próximos 30 anos.

Foi também no governo Waldir Raupp, de acordo com Moreira Mendes, que foram contraídas duas operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) que ultrapassam R\$ 230 milhões e

que foram renegociadas com o governo federal. O senador acrescentou que, pelas operações, Rondônia deverá pagar pelos próximos 30 anos R\$ 2,5 milhões mensais. Além disso, há, conforme o senador, mais R\$ 1 milhão que o governo paga hoje à Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), e vai continuar pagando pelos próximos 60 meses, a título de dívida do estado com energia elétrica, e R\$ 800 milhões mensais, em 24 meses, de desvio de recursos do Planaflo. Moreira Mendes sustenta que todas as dívidas foram assumidas no governo Raupp.

Suassuna quer aperfeiçoar reforma tributária

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou ontem para a necessidade de o Senado aperfeiçoar a proposta de reforma tributária e a Lei da Responsabilidade Fiscal, que tramitam na Câmara e logo deverão ser submetidas ao exame do Senado. Ele disse que, como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tem recebido manifestações de governadores e prefeitos, principalmente das capitais, que apontam falhas nas duas propostas.

Muitos governadores e prefeitos de capitais temem um engessamento de suas administrações se não forem superadas algumas pendências manifestas em relação à Lei da Responsabilidade Fiscal, informou o senador. Para Suassuna, essa legislação é uma exigência da sociedade, que estaria cansada da impunidade de administradores que atentam contra o interesse público, mas o fato de se tratar de uma lei necessária não isenta o Senado da obrigação de revisar a proposta da Câmara.

Suassuna comunicou algumas providências tomadas por ele na CAE, entre as quais destacou a formação de uma subcomissão para acompanhar desde já a matéria.

Quanto à reforma tributária, ele ressaltou que a CAE realizou debate com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, quando foram apontados itens que criavam desentendimentos entre a União e os estados, já emendados pelos deputados. “Mas há alguns itens a serem aperfeiçoados pelo Senado”, enfatizou.

Suassuna também anunciou que hoje, às 20h30, na reunião-jantar da CAE que ele promove semanalmente, serão ouvidos informalmente o presidente e o relator da comissão especial da Câmara que examina a reforma tributária, respectivamente, deputados Germano Rigotto (PMDB-RS) e Mussa Demes (PFL-PI). O senador manifestou ainda a intenção de debater a questão com o chefe da Casa Civil, Pedro Parente.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a iniciativa de Suassuna e ponderou que, por sua importância, a reunião deveria ser formal, na CAE. Ele reconheceu, no entanto, que, a depender dos desdobramentos, os debates depois poderão ser formalizados na comissão.



Para Suassuna, o Senado também deve aprimorar o texto da Lei de Responsabilidade Fiscal



Comissão de Orçamento encerrou a votação do sub-relatório "Justiça e Defesa"

Projeto Calha Norte terá mais recursos neste ano

Comissão de Orçamento vota destaques de sub-relatório e destina o total de R\$ 21,9 bilhões para os ministérios da Justiça e da Defesa

O Projeto Calha Norte, de defesa da fronteira da região amazônica, receberá neste ano R\$ 20 milhões de verbas federais, quatro vezes mais que o total do ano passado. O valor foi definido ontem pela Comissão Mista de Orçamento, ao votar destaques de emendas do sub-relatório "Justiça e Defesa", a cargo do senador Romero Jucá (PSDB-RR).

A comissão também aprovou emendas que somam mais R\$ 15 milhões para o Ministério da Justiça e a área militar. Foram inclusive criadas condições técnicas dentro do Orçamento

para que o Ministério da Aeronáutica receba um empréstimo externo de R\$ 400 milhões para modernização e o Exército outros R\$ 180 milhões. O sub-relator concordou ainda em destinar mais R\$ 4 milhões para a área de segurança do estado do Acre, elevando para R\$ 7 milhões o que o setor receberá neste ano, principalmente para combater o narcotráfico.

Com a votação dos destaques, a comissão deu por encerrada a votação do sub-relatório "Justiça e Defesa", o segundo dos dez em que foi dividido o Orçamento deste ano. Ficou definido

que os ministérios da Justiça e da Defesa (com seus três comandos militares) receberão neste ano R\$ 21,9 bilhões, sendo R\$ 15,8 bilhões só para pagar pessoal e encargos sociais (72%). Os investimentos serão de R\$ 1,3 bilhão, incluindo reaparelhamento da FAB, da Marinha e do Exército e construção e recuperação de presídios.

Por proposta do senador Romero Jucá, a Comissão de Orçamento também criou condições para que a Polícia Federal possa receber um empréstimo da França, de aproximadamente R\$ 400 milhões, para sua modernização.

Comissão examina hoje previsão de gastos com juros da dívida

A Comissão Mista de Orçamento começa a votar às 10h de hoje mais dois sub-relatórios da proposta orçamentária federal para este ano, que abrangem os ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, da Agricultura e da Política Fundiária. A parte que trata da Fazenda inclui todos os gastos do governo no pagamento de juros da dívida pública.

Conforme os sub-relatórios, o governo gastará com o Ministério da Fazenda neste ano R\$ 3,4 bilhões, com a Agricultura R\$ 4,2 bilhões, com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior R\$ 975 milhões e com o Ministério da Políti-

ca Fundiária e Agricultura Familiar (criado no final de 1999) R\$ 1,77 bilhão. O Incra contará com R\$ 1,35 bilhão, sendo R\$ 654 milhões destinados à reforma agrária.

O sub-relatório que trata do Ministério da Fazenda faz previsões sobre o comportamento da dívida pública, cujo estoque deve chegar ao final de dezembro próximo em R\$ 553,7 bilhões, sendo R\$ 440,2 bilhões da interna e R\$ 113,5 bilhões da externa. O gasto federal com juros neste ano será de R\$ 78,1 bilhões, mas, como a União tem juros a receber de empréstimos, refinanciamentos de dívidas estaduais e títulos parados no Banco Cen-

tral, a conta líquida estimada pela equipe econômica é de R\$ 25,8 bilhões.

Tal previsão de gasto líquido com juros, no entanto, conforme o deputado Freire Júnior (PMDB-TO), sub-relator do Orçamento, "é muito otimista" e parte do princípio de que "tudo correrá bem" com a economia brasileira neste ano. Além disso, a equipe econômica trabalhou com uma taxa de juros reais "de apenas 6,9% em média" no ano 2000 na colocação de títulos públicos, segundo o sub-relator, o que torna a previsão de gastos com juros líquidos "mais otimista ainda".

Propostas de restrição às armas podem ter acordo

Os projetos que estabelecem restrições à fabricação, venda e porte de armas podem ser unificados e aprovados ainda hoje em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conforme informaram ontem os senadores Pedro Piva (PSDB-SP) e Renan Calheiros (PMDB-AL), relatores das propostas.

Segundo Piva, um acordo em torno dos projetos será tentado hoje, durante reunião com os líderes dos partidos marcada para as 10h no gabinete do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF). Se os relatores e líderes eliminarem as discordâncias que ainda restam, a matéria poderá ir a votação em caráter terminativo nas comissões, que seriam convocadas para se reunir à tarde. Conforme Renan Calheiros, se não houver acordo, os dois relatórios serão apresentados separadamente.

Um dos pontos pendentes é a manutenção nas residências de armas de cano longo, defendida por Piva. O senador paulista informou que Renan Calheiros "suavizou" sua posição favorável ao fechamento de fábricas de armamentos. O senador por Alagoas, por sua vez, disse ter aberto exceções em seu relatório aos colecionadores de armas e aos clubes de tiro, mas alertou para o cuidado que se deve ter com as empresas de segurança, por meio das quais armas poderão ser adquiridas e depois repassadas ou revendidas sem controle.

Renan Calheiros ressaltou a importância de votar, ainda durante o período de convocação extraordinária, um projeto restringindo a circulação e a posse de armas de fogo. Ele entende que a limitação da pauta está permitindo aos senadores discutir o assunto em profundidade e negociar alterações nas propostas em tramitação.



Piva acredita que o acordo pode ser obtido na reunião de líderes prevista para hoje



Renan Calheiros considera importante votar logo um projeto restringindo a circulação e a posse de armas de fogo

Antero denuncia prejuízos a pecuaristas de Mato Grosso

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) denunciou ontem que os produtores rurais de Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade, Araputanga, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, municípios do estado de Mato Grosso, estão sendo prejudicados por medida do Ministério da Agricultura que proíbe a venda de gado daquela região para outros estados a fim de evitar a propagação da febre aftosa.

A medida foi baixada em dezembro do ano passado, segundo o senador, e a proibição se deu com o fechamento dos chamados "corredores sanitários" (postos de fiscalização e desinfecção montados nas rodovias). Assim, o gado produzido nos municípios do que se convencionou chamar de "zona tampão" só pode ser abatido em frigoríficos locais.



Antero Paes de Barros vai ao ministro da Agricultura tentar reverter a medida

Antero explicou que só há um abatedouro na região, com capacidade para 900 cabeças por dia – 850 a menos que a oferta diária dos pecuaristas.

– Além de não ver escoada a sua produção, os produtores estão diante de forte queda no preço do gado, uma vez que a oferta é maior que a demanda do frigorífico – disse.

O senador acredita que a instrução foi baixada em função de pressões dos órgãos internacionais de comércio, mas atingiu área onde está erradicada a aftosa, embora localizada próxima a fronteiras com estados e países afetados pela doença. Ele adiantou que irá ao ministro da Agricultura, Pratinde de Moraes, argumentar em favor desses municípios, e espera reverter pelo menos a proibição de comercialização para abate, admitindo a retenção de animais destinados à reprodução.

Em debate, os incentivos para as empresas de informática



O projeto de lei que prorroga os incentivos fiscais para empresas do setor de informática que executem pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje às 12h30.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e a secretária de Política de Informação e Automação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Vanda Scartezini, discutem o projeto, que

se encontra atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

De acordo com o projeto, do deputado Jair Bolsonaro, terão direito ao incentivo as empresas que aplicarem, no mínimo, 5% de seu faturamento bruto no mercado interno em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia de informática. Dessas aplicações, 2,3% devem se direcionar a centros ou institutos de pesquisa ou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Pedro Simon mostra em entrevista resultados de CPIs



O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é o convidado do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 7h30, às 12h30 e às 20h30. Na entrevista, o senador gaúcho analisa os resultados das últimas comissões parlamentares de inquérito e alerta para o perigo de a opinião pública achar que tudo termina em pizza. Na opinião de Simon, as CPIs "têm funcionado relativamente bem". Ele lembrou que, como resultado do trabalho de uma CPI, já foi cassado o mandato de um presidente da República e de dez parlamentares.

Simon faz questão de lembrar que uma CPI não tem o poder de processar ninguém, "quanto mais botar na cadeia". Todas as denúncias recebidas são encaminhadas ao Ministério Público. "O procurador não é obrigado a aceitar o resultado da CPI. Pode arquivar ou denunciar", observa.

O senador critica a ação do Su-



As CPIs "têm funcionado relativamente bem", afirma o senador Pedro Simon

premo Tribunal Federal durante a realização das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro. "O STF que me perdoe, mas agiu equivocadamente. Impediu o andamento da CPI ao proibir a quebra do sigilo bancário e telefônico dos envolvidos", diz ele.

Alencar defende mobilização social para preservar rios

Parlamentar cita movimento organizado em Caratinga (MG) como exemplo de experiência bem-sucedida na defesa de bacias hidrográficas

O senador José Alencar (PMDB-MG) ressaltou a importância do respeito ao meio ambiente como instrumento para promover cidadania. Ele citou o exemplo do Comitê da Bacia do Rio Caratinga (MG), movimento que, além de cuidar do meio ambiente, desenvolve trabalho de conscientização de crianças, jovens e adultos e une as diversas esferas do poder público para estimular a cidadania e consolidar a democracia.

Segundo Alencar, embora primordialmente preocupado com a água, a instituição também cuida do lixo, do desmatamento, das queimadas e da erosão: "O comitê propôs, por exemplo, o plantio de 100 mil mu-



José Alencar sugeriu a FHC o uso das águas do Tocantins para aumentar a vazão do rio São Francisco

das de árvores na região, de maneira integrada ao projeto maior de reflorestamento de toda a bacia hidrográfica do rio Caratinga."

Alencar citou conversa que teve com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, sobre recuperação de rios, em especial o São Francisco. Ele propõe a utilização de águas do rio Tocantins para enriquecer a vazão do São Francisco, antes de ter início o projeto de transposição de suas águas.

O senador acredita ser possível salvar todos os rios brasileiros, através do reflorestamento de suas margens. "Se forem usados incentivos como os que existiam na época do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), tenho certeza de que os proprietários de glebas estariam interessados em participar, e a Embrapa poderia orientar sobre a escolha das espécies", afirmou.

Senado lança selo comemorativo dos 500 anos do descobrimento

A impressão do selo "Brasil 500" em todas as publicações oficiais do Senado Federal dá início à programação especial que está sendo preparada pela Casa para a comemoração dos cinco séculos do descobrimento do Brasil. O selo foi criado pela estagiária Fernanda Cerqueira, da Universidade de Brasília, que venceu concurso interno promovido pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado entre seus programadores visuais.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, informou que a partir de maio o Senado promoverá uma série de eventos comemorativos dos 500 anos da chegada dos portugueses.

O ponto alto dessa programação, segundo Agaciel, é a exposição que será realizada no Salão Negro do Senado, reunindo acervos do Museu Imperial, de Petrópolis; do Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro; e do Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o ministro da Cultura, Francisco Weffort e Agaciel já estiveram reunidos para tratar da exposição.

— Traremos, inclusive, a coroa

Brasil 500

SENADO FEDERAL

usada por dom Pedro I. Nossa expectativa é de que cerca de 500 mil pessoas visitem a exposição até o final do ano. Só não traremos os móveis daqueles acervos, porque há contra-indicações por causa do clima seco de Brasília — esclareceu Agaciel.

Segundo o diretor-geral, também estão previstos um concurso de monografias sobre a descoberta e um seminário com a participação de autoridades portuguesas e bra-

sileiras, quando serão abordados vários aspectos relacionados às grandes navegações, especialmente a descoberta do Brasil.

Agaciel acrescentou que o Conselho Editorial do Senado deverá lançar várias publicações relacionadas à data, até o final deste ano. Haverá ainda um estande no Salão Negro onde poderá ser exposto material sobre os 500 anos do descobrimento do Brasil enviado pelos estados.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Especial Unip* — Meningite
6h30 — *Debate* — Senador Lúcio Alcântara fala sobre a isenção de IPI para empresas de informática
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Simon fala sobre os resultados das CPIs
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escala* — Paisagens Brasileiras — episódio: Aqui e lá — Diadema (SP)
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil* — Turismo no Pará
9h30 — *Entrevista* — Senador Osmar Dias fala sobre os pedágios nas rodovias
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
12h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Simon fala sobre os resultados das CPIs
13h — *Cores do Brasil* — Turismo no Amazonas
13h30 — *Debate* — Senador Lúcio Alcântara
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista* — Senador Osmar Dias
19h30 — *Debate* — Senador Lúcio Alcântara

20h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Simon

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação



"São Paulo continuará a crescer", garante Romeu Tuma

Romeu Tuma homenageia São Paulo pelo 446º aniversário

O senador Romeu Tuma prestou homenagem à cidade de São Paulo, que completou ontem 446 anos. Ele fez um longo relato sobre a história da cidade, desde a sua fundação por missionários jesuítas até os dias de hoje, e aproveitou para manifestar confiança na capacidade de São Paulo solucionar os seus problemas e se desenvolver.

— São Paulo continuará a crescer, indiferente às dificuldades e ao pessimismo. A anunciada construção do Maharishi São Paulo Tower, um edifício 42 metros mais alto do que o Petronas Towers, na Malásia, considerado a mais alta edificação do mundo hoje, demonstra bem essa força. Terá 494 metros de altura e 103 andares, com investimento de US\$ 1,6 bilhão e resgatará vários bairros centrais, hoje deteriorados — comemorou.

Os problemas de São Paulo, reconheceu o senador, são os mesmos que atingem as grandes metrópoles no mundo, mas agravados por "uma administração municipal omissa, imobilizada por interesses outros que não os dos cidadãos". Romeu Tuma citou recente pesquisa de opinião publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual um entre cada três moradores mudaria de cidade, se pudesse. "Dos entrevistados, 30% disseram estar satisfeitos de morar em São Paulo, mas 53% afirmaram estar pouco satisfeitos", contou.

O relato do senador abrangeu ainda as várias ondas migratórias de estrangeiros e de brasileiros de outras regiões, que ajudaram a transformar a cidade e o Brasil numa democracia racial. "Com sua pujança econômica e como cadinho de raças, minha cidade é símbolo perfeito dessas características nacionais", enfatizou.

Em aparte, os senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Eduardo Suplicy (PT-SP) se associaram à homenagem. Para Suplicy, "uma cidade formidável como São Paulo merece uma administração municipal que combata o desemprego e a violência que estão castigando a sua população, especialmente as camadas mais pobres".

Dutra critica adiamento da votação de limites para as medidas provisórias

Senador acredita que o governo é o grande interessado em manter a atual situação. "O Executivo quer continuar a legislar sobre tudo", garante

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lamentou ontem a decisão da Câmara dos Deputados de não votar, durante a convocação extraordinária, a proposta de emenda constitucional (PEC) que disciplina a edição e a tramitação das medidas provisórias.

Dutra lembrou que a matéria tramita no Congresso desde 1995 e que a proposta atual foi aprovada na Câmara por ampla maioria e no Senado com uma única modificação. "Agora, deputados da base governista afirmam que o projeto tornará o país ingovernável, preci-

sando, portanto, ser modificado através de um acordo de lideranças. Mas não foi por "quase consenso" que foi aprovado nas duas Casas?", perguntou.

Para Dutra, é o governo que está pressionando sua base para não votar a PEC, porque está satisfeito com as atuais regras das MPs.

— O Executivo quer continuar a legislar sobre tudo, desde a mera compra de um carro até



Dutra: governo está pressionando para adiar a votação

um pacote econômico. Ao Congresso cabe decidir se quer continuar com a absurda situação de votar poucas matérias de seu interesse e todas as que lhe manda o governo — disse.

O senador lembrou que, se for modificada na Câmara, a proposta voltará a tramitar no Senado, perpetuando uma situação de "ping-pong". "Isso só interessa ao governo, que quer manter a li-

berdade para legislar sem limitações. Por isso manobra para protelar, se possível para sempre, a votação final", garantiu.

Dutra declarou-se ainda curioso para descobrir o que existe na avenida de Brasília que separa o Palácio do Planalto do Congresso. "Ao atravessá-la, as pessoas mudam de opinião. Foi o que aconteceu com o atual secretário-geral da Presidência, Aloisio Nunes Ferreira, que agora critica a PEC disciplinando a edição de MPs. Quando era deputado, foi relator da proposta e autor de quase todos os seus dispositivos".

Arruda propõe um mês de férias para membros do Legislativo e Judiciário

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) comunicou ontem que buscará apoio para proposta de emenda à Constituição (PEC) determinando que os membros do Poder Legislativo e do Judiciário passarão a ter um mês de férias e um pequeno recesso no Natal e no Ano Novo, como os demais trabalhadores do país, ao invés dos recessos no meio e final de ano. Ele informou que está reapresentando projeto elaborado em 1991 pelo então deputado federal José Roberto de Magalhães Teixeira.

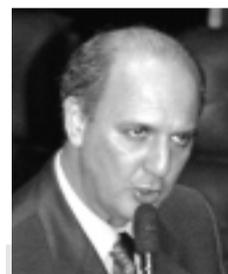
— Desta forma, o Congresso funcionará 12 meses, já que cada partido definirá as férias dos parlamentares, distribuindo-as durante todo o ano, de acordo com os seus interesses partidários, como acontece em qualquer local de trabalho — comentou José Roberto Arruda.

O senador explicou que reapresentará

a PEC por convicção e também para homenagear o ex-deputado autor da proposta, que faleceu enquanto ocupava o cargo de prefeito de Campinas (SP). Arruda considera que a convocação extraordinária está se transformando em ordinária, porque a Constituição de 1988 é parlamentarista e o país é presidencialista. "Alguns instrumentos cons-

titucionais obrigam a convocação do Congresso no recesso", explicou.

Ele comentou a sugestão de PEC do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que prevê férias coletivas para os senadores em julho de cada ano e um pequeno recesso no final do ano. Observou que, se a proposta for aprovada, nos anos em



Arruda deseja Congresso funcionando durante todo o ano

que o Congresso tiver que ser convocado em julho para discutir medidas urgentes do governo as convocações extraordinárias continuarão a ser feitas.

Admitindo sugestões à PEC que apresentará, Arruda afirmou que seu objetivo é que o Congresso mantenha as atividades durante todo o ano. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy

(PT-SP) levantou dúvidas sobre a proposta, pela possibilidade de grande parte dos senadores escolherem o mesmo período para entrar em férias. Por este motivo, disse considerar mais adequado apenas o encurtamento do período de recesso hoje existente, para evitar convocações extraordinárias.

Alcântara quer convocação sem subsídio extra

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sugeriu ontem que os parlamentares possam ser convocados de forma extraordinária pelo presidente sem receber remuneração adicional. Comentando o tratamento que a imprensa vem dando ao período de recesso, ele apontou medidas para melhorar o funcionamento do Legislativo brasileiro.

— O que revoltou e causou indignação da população foram os subsídios pagos aos parlamentares, e não a convocação extraordinária. A quantia recebida é elevada para um país que tem 50 milhões de pobres e miseráveis, e termina sendo vista como um privilégio por parte da população — afirmou.



Alcântara quer sessões deliberativas às segundas e sextas

Alcântara observou que o Parlamento brasileiro sofre de vários defeitos, mas que não são originados pelo recesso. Disse que o Congresso do Brasil é um dos que mais se reúnem no mundo. Por outro lado, lamentou que o Senado não tenha sessões deliberativas nas segundas e sextas-feiras.

Em aparte, o senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu a realização de sessões legislativas ininterruptas, durante da data da posse dos parlamentares até o último dia de seus mandatos. As sessões seriam convocadas pelas Mesas da Câmara e do Senado, o que acabaria com a necessidade de convocação extraordinária. Já o senador Francelino Pereira (PFL-

MG) disse que, ao invés de tratar dos destinos do país, muitas vezes os parlamentares se ocupam de assuntos menos importantes, como discutir mudanças em seu próprio regimento.

Para o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), o Senado deveria transferir as sessões das quintas-feiras para o período da tarde e deixar as manhãs do mesmo dia para reuniões das comissões. Por outro lado, ele sustentou que o ideal seria ter, a cada mês, três semanas de trabalho contínuo no Congresso, de segunda a sexta-feira, dedicando a última para contatos nos estados. O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) afirmou que o exercício da atividade parlamentar não é feito apenas nas sessões e reuniões em Brasília, mas também no interior dos estados, prestando assistência à população.

Mozarildo defende a criação de mais três estados

Autor de projetos de decreto legislativo convocando plebiscitos sobre a criação de três novos estados, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu ontem a redivisão territorial do país como forma de eliminar as desigualdades regionais e de desconcentrar espacialmente o desenvolvimento econômico.

Pelos três projetos, o Tribunal Superior Eleitoral deverá realizar, na data das eleições municipais de 2000, plebiscitos junto às populações do Amazonas, Pará e Mato Grosso. As consultas serão sobre o desmembramento daqueles estados e a criação, respectivamente, dos estados do Solimões, Tapajós e Araguaia.

A criação de novos estados na Amazônia Legal recebeu parecer favorável da Comissão de Estudos Territoriais, prevista no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias. Quanto aos projetos do senador, encontram-se na CCJ, já com pareceres favoráveis de Romeu Tuma (PFL-SP), Djalmá Falcão (PMDB-AL) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Para Mozarildo, a extensão do Amazonas (1,55 milhão de quilômetros quadrados), Pará (1,27 milhão) e Mato Grosso (quase um milhão de quilômetros quadrados) já justificaria o desmembramento. Só o Amazonas equivale a três países como a França, comparou, enquanto o Pará corresponde à área dos sete estados das regiões Sudeste e Sul (SP, RJ, MG, RS, PR, SC e ES).



Para Mozarildo, redivisão diminuirá as desigualdades